

TERRITÓRIO: LUGAR ESTRATÉGICO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Paula NASCIMENTO¹

A dimensão territorial assume um lugar estratégico na organização da assistência social e exige de seus gestores e técnicos novas habilidades, novas competências e novas tecnologias, tanto para ler as necessidades e demandas de proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade e também dos territórios, como para mapear e monitorar os serviços e equipamentos existentes. As ações públicas da área da assistência social devem ser planejadas territorialmente tendo em vista a superação da fragmentação, o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, realizarem a vigilância social das exclusões e estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade. O território é a base de organização do SUAS, mas é necessário elucidar que o território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intra-urbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. É terreno das políticas públicas, onde concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e possibilidades para seu enfrentamento. Desdobre-se para a política de assistência social, a necessidade de compreender as particularidades de cada território e incorporar a abordagem territorial na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Para tanto, é fundamental pensar as potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais e de poder. Essas questões continuam sendo pautadas como centrais para que a inovação não represente uma armadilha, e os territórios potencializem direitos, representem um espaço de disputa pelo uso da cidade e sejam lugares de reconhecimento da cidadania. Outro ponto refere-se à necessidade de considerar que o processo de territorialização pode reforçar o estigma dos territórios considerados vulneráveis, criando, capturando e integrando os pobres, excluindo-os em tais territórios. A territorialização deve ser considerada um elemento chave para que os serviços sejam ofertados próximos à população, para que o território seja dotado de recursos que melhorem as condições de vida da população e principalmente para que esse território pertença à cidade. Um dos maiores desafios está na superação da simples constatação da existência dos territórios ditos pobres ou não pobres, excluídos ou incluídos, vulneráveis ou não vulneráveis. Há que se fazer a distinção entre essas realidades, observando-se que, por trás da cartografia social, há movimentos e dinâmicas que devem ser compreendidos para além dos limites geográficos administrativos representados em um simples mapa. Devemos levar em conta todas as relações e ações existentes no território, fundamentalmente aquelas que reforçam a homogeneidade dos territórios, que podem fomentar estigmas e imagens negativas por parte da sociedade e da própria população moradora em relação aos denominados territórios vulneráveis.

Palavras-chave: Território. Assistência Social. Proximidade. Vulnerabilidade Social.

¹ Pós Graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisadora Associada no Grupo de Pesquisa CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento de Exclusão Social para Políticas Públicas) na UNESP Presidente Prudente. Analista de Desenvolvimento Social da CART (Concessionária Auto Raposo Tavares).